



Timor em Portugal – heterotopia de um sexto império

Timor in Portugal – heterotopy of the sixth empire

RITA RIBEIRO¹ & JOAQUIM COSTA²

Resumo

Este trabalho tem por objectivo analisar como o movimento de solidariedade por Timor, ocorrido em Portugal, em 1999, constituiu um momento de reflexividade nacional. Para tal, é tida em consideração a relação histórica e cultural de Portugal com a ex-colónia e a mediatização dos acontecimentos, em Timor e Portugal, depois do referendo pela auto-determinação de Timor-Leste. Considerando as acções e sentidos produzidos no contexto do movimento de apoio ao povo timorense, podemos dizer que estamos perante uma reconfiguração identitária dos portugueses, centrada nos valores da democracia e dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Portugal; Timor-Leste; identidade; lusotopia

Abstract

This paper aims to analyze how the solidarity movement for East Timor, held in Portugal in 1999, was a moment of national reflexivity. According to this purpose, historical and cultural relations between Portugal and its former colony are taken into consideration, as well as the media coverage of the events in East Timor and Portugal after the referendum for self-determination of the East Timorese. Considering the actions and meanings produced within the movement in support of the Timorese people, we can say that this is a reconfiguration of the Portuguese identity, driven to the values of democracy and human rights.

Keywords: Portugal; East Timor; identity; lusotopy

1. TIMOR COMO INTERPELAÇÃO NACIONAL

Ao fim de quase 500 anos de domínio, passado já o processo de descolonização, aquele que foi o território ultramarino mais longínquo do império português constitui-se, no fim do século XX, um pretexto de auto-reflexão sobre a condição pós-colonial de Portugal e a sua definição e posicionamento no mundo contemporâneo. No seguimento do referendo promovido pela ONU sobre a independência de Timor-Leste, em Agosto de 1999, é decidida nas urnas a separação deste território da Indonésia, que havia ocupado o território, em 1975, ainda no decurso do processo de descolonização portuguesa. O resultado da consulta popular desencadeia por parte das milícias pró-indonésias, com o apoio militar do país ocupante, uma vaga de perseguição e violência sobre os timorenses pró-independência, ameaçando a consecução da decisão democrática. Amplamente transmitidos pelos meios de

¹ Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, rmgr@ics.uminho.pt

² Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, ajbfjc@ics.uminho.pt

comunicação social, os acontecimentos na pequena ilha do extremo asiático têm um eco insistente e incisivo em Portugal, que se subleva num movimento solidário em defesa da reposição da vontade expressa pelo povo timorense.

O que nos ocupa nesta reflexão é o processo de ajustamento identitário que este movimento vem promover em Portugal, designadamente a oportunidade de pacificação com o passado imperial/ colonial que a luta da ex-potência colonial protagoniza ao bater-se pela auto-determinação da ex-colónia. Assim, este texto tem por objectivo produzir uma análise das formas de protesto ocorridas entre Setembro de 1999, em Portugal, não enquanto descritores da tragédia timorense, mas como momento catártico de encerramento do capítulo colonial português potenciador de uma reconfiguração da identidade colectiva.

Nesta medida, é dada prioridade à análise dos significados que, emanando desses acontecimentos, nos dizem mais sobre Portugal do que sobre Timor e, particularmente, enformam um *aggiornamento* do lugar de Portugal no mundo e a consolidação de uma auto-definição como país democrático, pós-colonial, europeu e moderno, mas simultaneamente empenhado numa nova relação com a “lusotopia”.

2. SENTIDOS E ACÇÕES NO MOVIMENTO POR TIMOR

A compreensão dos factos que decorreram da consulta popular em Timor, e que determinaram a independência deste território, ficaria incompleta se não se expandisse o arco temporal e temático a questões que estão para além das reivindicações de respeito pelo direito de auto-determinação e pelos direitos humanos que acompanham a mobilização ocorrida em Portugal, em Setembro de 1999. Neste sentido, estruturaremos a nossa exposição em três pontos: 1. revisitação dos acontecimentos que antecederam a intervenção internacional em Timor-Leste, 2. evidenciação do papel desempenhado pelos meios de comunicação social em todo o processo; 3. análise das acções de protesto que, em Portugal, exigem à comunidade internacional a protecção da vontade popular dos timorenses.

2.1 PORTUGAL E TIMOR: LAÇOS HISTÓRICOS E SIMBÓLICOS

A ligação histórica que liga Portugal a Timor-Leste é uma relação de mais de 450 anos de domínio colonial. O território timorense, juntamente com Macau e as cidades indianas de Goa, Diu e Damão, no sudeste asiático, foi o que restou da primeira fase do império português, centrado em possessões comerciais no Oriente, na linha da “política de transporte” que António Sérgio conceptualizou (1985). Apesar de cinco séculos de presença, e por razões que vão da distância geográfica à escassez de recursos valiosos na ilha, a colonização portuguesa em Timor foi de baixa intensidade e concentrada na cidade de Díli. A administração portuguesa foi mesmo interrompida durante a Segunda Guerra Mundial, por ocasião da invasão

japonesa, tendo a participação de tropas portuguesas sido meramente simbólica. Se do ponto de vista material, a colonização de Timor foi frouxa e marginal, do ponto de vista cultural a presença dos portugueses em Timor produziu efeitos significativos. Os missionários católicos que foram passando pelo território asseguraram a cristianização dos povos nativos e deixaram na ilha um traço identitário muito forte. Hoje a população timorense é católica na quase totalidade e a devoção e prática religiosa é reconhecidamente um elemento de coesão nacional e de estruturação das relações sociais. Um outro elemento de relevo deixado pela colonização foi o uso da língua portuguesa. A penetração do português não é, todavia, comparável à do catolicismo, uma vez que chegou sobretudo às elites locais escolarizadas e sempre em co-existência com línguas e dialectos nativos, como o tétum. O catolicismo e a língua portuguesa – mais o primeiro do que a segunda – vão constituir-se como traços centrais da identidade timorense e, sobretudo, vão contribuir para a construção de um sentido de unidade nacional (Mendes, 2005).

Quando ocorre a descolonização dos territórios coloniais, no período de 1974-75, também Timor trava já, como as restantes colónias, um combate pela libertação nacional, protagonizado pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) e pela UDT (União Democrática Timorense), movimentos que se formam logo após a revolução de 25 de Abril de 1974. O processo de descolonização e a declaração de independência em Novembro de 1975 foram, todavia, interrompidos pela invasão de Timor-Leste pelas tropas indonésias no mês seguinte. Apesar da dimensão insignificante do território de Timor-Leste, a agressão militar pela Indonésia tem de ser lida no enquadramento geopolítico dos anos 1970, quando a polarização do mundo entre regimes socialistas e regimes liberais condiciona toda a acção política, diplomática e militar. De facto, os movimentos de libertação em Timor, e em particular a FRETILIN, que recolhia a aprovação da maioria da população e vencera as únicas eleições então realizadas, situavam-se ideologicamente na esquerda nacionalista e marxista. É essa a ameaça que a Indonésia quer terminantemente sustentar, para evitar que junto ao seu território se instale uma semente capaz de inflamar a rebelião contra o regime ditatorial anti-comunista de Suharto, apoiado pelos Estados Unidos da América (Gomes, 2010: 70). É essa também a razão por que a invasão e ocupação de Timor-Leste, caracterizada por grande violência junto das populações a ponto de se poder falar num genocídio continuado ao logo de 25 anos, foi timidamente contestada nas instâncias internacionais, caindo na categoria das vítimas invisíveis da Guerra Fria (cf. Barbedo de Magalhães, 1992).

A anexação do território de Timor-Leste pela Indonésia, no decurso do processo de descolonização, nunca foi aceite por Portugal, que ao longo dos anos foi colocando, na medida da sua escassa influência, o assunto na agenda internacional. Numa primeira fase, o próprio processo revolucionário e de normalização democrática desviou a atenção da tragédia vivida na ex-colónia, e nas negociações iniciais com a Indonésia acerca do futuro do pequeno território assumia-se a impossibilidade de prestação de apoio, bem como a debilidade política e económica de

Timor que indiciavam a sua inviabilidade como país independente. Quando estas negociações são abruptamente interrompidas pela invasão militar, em Dezembro de 1975, e mediante o jogo de forças envolvidas, “a integração de Timor-Leste era dada como irreversível” (Gomes, 2010: 70). Incapaz de enfrentar o problema, Portugal coloca o caso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que um ano após a invasão aprova uma Resolução que rejeita a integração e exige a expressão livre dos timorenses pela auto-determinação. Contudo, apoiada pelas grandes potências ocidentais e negligenciada pelo bloco socialista, a integração começa a ser tomada como facto consumado e o assunto esmorece nos formalismos impotentes da ONU.

A partir dos anos 1980, Portugal assume os deveres inerentes à condição de potência administrante, que a Organização das Nações Unidas lhe atribuíra, de forma mais enérgica³. No cerne da actuação diplomática vai estar sempre o requisito de a integração de Timor-Leste na Indonésia ser aceite apenas mediante a expressão dessa vontade pelo povo timorense, o que só poderia acontecer mediante consulta popular. Apesar dos esforços, Timor parecia cada vez mais uma causa perdida. Como lembra José Gomes (2010: 75), “a nossa defesa da causa timorense era vista, pela generalidade dos nossos parceiros, como uma atitude quixotesca, desprovida de realismo político”. Entretanto, em Timor, a reacção à agressão militar e à ocupação traduziu-se na militarização da FRETILIN através das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor Leste). A resistência armada, apoiada pela maioria da população, foi sempre acompanhada de um grande investimento diplomático, que procurou, em coordenação com Portugal e outros países de língua portuguesa, manter Timor-Leste na agenda das organizações internacionais.

A década de 1990 vai trazer mudanças substantivas ao contexto de Timor-Leste, desde logo porque se atenua o isolamento radical imposto ao território pelo ocupante. Em finais 1989, recebe a visita do Papa João Paulo II, o que fortalece a resistência da população e acalenta a acção internacional de apoio à auto-determinação. Por ocasião da visita realizam-se em Díli manifestações de reivindicação de independência que são violentamente reprimidas pelas forças ocupantes. Em Novembro de 1991, sucede o massacre no cemitério de Santa Cruz, acontecimento que vai marcar uma viragem na mediatização da situação em Timor por ter sido registado em vídeo circulado depois pelos meios de comunicação social em todo o mundo. A brutalidade com que são perseguidos e mortos jovens que acabavam de enterrar um companheiro assassinado pelas forças indonésias, e que se saldou em cerca de 200 mortos, desencadeou a condenação internacional, chamou a atenção para a flagrante violação dos direitos humanos que se vivia em Timor-Leste e concorreu para a legitimação internacional da resistência e das reivindicações independentistas. Em Portugal, o massacre haveria de dar origem a uma acção de grande visibilidade mediática: a viagem de Lisboa a Díli de um ferry-boat com estudantes

³ Também na sociedade civil o assunto permanece activo. São exemplo a criação da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e as publicações e debates públicos que procuram evitar que Timor caia no esquecimento (Barbedo de Magalhães, 1983, 1989).

de várias nacionalidades, com o objectivo de depor uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz. O objectivo foi gorado pela marinha indonésia, que impediu a aproximação da embarcação a Timor, mas a missão foi cumprida, na medida em que captou atenções internacionais e sublinhou a urgência de travar a repressão. Dois outros acontecimentos concorreram para o mesmo propósito: a prisão de Xanana Gusmão, líder da resistência timorense, em 1992, e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta, representante da FRETILIN na ONU, e Ximenes Belo, Bispo de Díli, em 1996.

Ao longo dos anos 1990 foram-se consolidando as condições para a mudança da situação de Timor-Leste. A mais importante, porventura, terá sido o fim da Guerra Fria que deixou a Indonésia sem a cumplicidade permissiva das potências ocidentais. Esse mesmo facto, a par da grave crise financeira que atravessava, foi decisivo na mudança de regime político que ocorre na Indonésia, em 1998, iniciando-se um conjunto de reformas democráticas. Com a saída de Suharto e a flexibilização da posição indonésia, são reatadas as negociações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia, que culminam com o acordo para a realização de um referendo que permita aos timorenses optar pela autonomia, integrados no Estado indonésio, ou pela criação de um país independente. (Gomes, 2010: 82-86). Importa salientar que, nesta fase, a Indonésia começava a ver Timor como um problema insolúvel que teria vantagem em resolver rapidamente. A consulta popular, realizada a 30 de Agosto de 1999, sob a tutela das Nações Unidas, vem confirmar que o povo timorense rejeita a integração, tendo perto de 80% da população votado a favor da independência. O resultado do referendo não é aceite pela Indonésia e pelos seus apoiantes locais, resultando daí uma vaga de grande violência protagonizada pelos militares e pelas milícias pró-integração, que causa enorme devastação nas urbes com perda de muitas vidas, obriga as populações a refugiar-se nas montanhas e põe mesmo em risco a Missão da ONU em Timor (cf. Mendes, 2005: 172-179).

2.2 *MEDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS*

A consulta popular de Agosto de 1999 foi acompanhada em Portugal com atenção e interesse, tanto pelos responsáveis políticos, como pela população em geral. Para a atenção da opinião pública portuguesa muito contribuiu a cobertura jornalística que desde dias antes do referendo se dedicava a expor as incertezas e riscos que acompanhavam o acto de consulta. Os principais meios de comunicação social, da televisão, rádio e imprensa, tinham no terreno enviados especiais, que disponibilizavam diariamente informação acerca do processo de consulta, assim como sobre o povo e a cultura timorenses, a história do território e a sua ligação a Portugal.

A partir do momento em que são divulgados os resultados da consulta democrática aos timorenses, as imagens e descrições jornalísticas, que a cada dia que passava preenchiam mais e mais do espaço mediático, mostravam o território longínquo de Timor-Leste devastado por uma onda de violência contra a decisão de independência

que não poupava nem os mais fracos. A cobertura dos *media* cultivou precisamente as imagens de mães e pais com crianças, idosos, religiosas que, abandonando os parques bens, tentavam escapar para as montanhas, temendo pela vida. Recorrentes, também, eram as imagens de edifícios, alguns descritos como herança da colonização portuguesa, a ser pilhados e incendiados. De acordo com a pesquisa que efectuámos nos jornais portugueses *Público* (diário) e *Expresso* (semanário), ao longo do mês de Setembro de 1999, a cobertura jornalística assentou em três pontos axiais:

1. a revelação da dimensão dantesca da tragédia timorense e da desproporção de forças no terreno, e conseqüente catalisação emotiva despertada pela perseguição aos mais indefesos, como crianças, idosos e mulheres⁴;
2. a mobilização espontânea, transversal e em grande escala dos portugueses contra o genocídio que estava a ocorrer em Timor, apelando a uma intervenção internacional de pacificação do território;
3. a produção de uma narrativa de ligação de Timor à identidade portuguesa, sublinhando a perenidade da influência cultural portuguesa e a afabilidade das relações entre o país que colonizou e o povo que foi colonizado.

O facto de a situação em Timor-Leste ter ocupado de forma avassaladora o espaço mediático e de ter-se tornado tema quase exclusivo, durante pelo menos duas semanas, foi absolutamente decisivo na mobilização que ocorreu no país em defesa da protecção dos timorenses. Também por este facto, os sentidos veiculados na acção colectiva, que analisaremos adiante, repercutiram em larga medida os *topoi* dominantes da produção discursiva mediática. Deste modo, pode falar-se numa homologia significativa e accional que sublinhou a justeza e inevitabilidade das iniciativas e sustentou, em ciclo *virtuoso*, a persistência das manifestações, espontâneas e organizadas, e das jornadas contínuas e exclusivas na rádio, televisão e imprensa.

Na medida em que os acontecimentos de Timor em Setembro de 1999 convocaram tal nível de unanimidade e participação cívica, coloca-se aqui em evidência que Timor foi móbil e circunstância para um processo de reflexividade nacional. Além disso, algumas das principais acções de contestação e apelo, isto é, aquelas que foram determinantes na mobilização geral do país e que conseguiram ecoar verdadeiramente no espaço mediático global, foram iniciativa dos *media* ou contaram com o seu poder de divulgação e massificação. Tome-se a descrição de Gustavo Cardoso (2007: 452) para se entender a dimensão do fenómeno: “durante o mês de setembro de 1999 os dois jornais diários de referência portugueses, *Público* e *Diário de Notícias*, publicaram sobre a questão de Timor respectivamente 399 e 350 artigos, tendo o semanário *Expresso* publicado 176 artigos no mesmo período, (...) tendo a agência Lusa transmitido uma média diária de 100 notícias sobre o assunto”. O dado

⁴ São paradigmáticas as imagens que correram mundo da criança que segue de noite, a pé, em direcção às montanhas, após a saída da UNAMET de Díli. As imagens nocturnas mostram um menino a cair e a levantar-se sem um queixume, mas com o sofrimento marcado no rosto.

mais importante não está, todavia, na avassaladora dimensão das horas de emissão e páginas dedicadas ao tema. A marca invulgar da cobertura mediática sobre Timor reside na suspensão de princípios de neutralidade e isenção, dado que as linhas editoriais e os jornalistas, como bem refere Cardoso (2007: 452) “decidiram abdicar da imparcialidade (...) conferindo prioridade à defesa de valores culturais, como os direitos humanos”. É, precisamente, a (auto)legitimação do levantamento nacional que concorre para a ordem *extra-ordinária* que se instala no país e que institui uma univocalidade inédita e um ambiente social de convicção na justiça da luta e consequente determinação em perseguir os objectivos.

Apesar de escassas, é preciso mencionar as vozes que se ouviram contra a corrente de solidariedade, como Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira. Algum espaço mediático concedido à Associação de Amizade Portugal-Indonésia rapidamente foi suprimido por falta de legitimidade perante a avassaladora unanimidade em defesa da vontade do povo de Timor-Leste, bem como da clara condenação da acção da Indonésia. Afastadas quaisquer posições dissonantes, a agenda mediática em Portugal foi palco da congregação da certeza de “estar do lado certo” e da vontade de poder e transformação que toma as “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

2.3 A MOBILIZAÇÃO POR TIMOR

Suspensão dos resultados, o país recebeu, quase em simultâneo, a informação acerca da vitória inequívoca dos que apoiavam a independência de Timor-Leste e da violência que, logo após a divulgação dos primeiros números do escrutínio, foi desencadeada pelas milícias pró-integração e pelas forças militares indonésias presentes em território de Timor-Leste. A informação sobre os massacres esteve na origem de um conjunto de acções, de natureza eminentemente colectiva, configurando um movimento que partilha as características dos “novos movimentos sociais”, orientados para valores pós-materialistas, na designação de Ronald Inglehart (1977), e que sinaliza, também, a entrada numa era de acção global.

Acresce que o movimento pela libertação de Timor constituiu em Portugal a mais intensa forma de acção colectiva no país desde o período revolucionário de 1974, com a capital diferença de reunir um consenso inabalável e imune a posicionamentos político-ideológicos. Embora não seja propósito deste trabalho fazer uma análise dos acontecimentos ocorridos, nem tão-pouco a sua cronologia, faremos uma síntese das principais manifestações de apoio à causa timorense e daremos atenção aos discursos mediatizados, designadamente de figuras públicas nacionais que entenderam apresentar os seus apelos e argumentos sobre a questão timorense.

As mais evidentes manifestações no espaço público durante as primeiras três semanas de Setembro foram a cor branca, simbolizando o apelo à paz, e a palavra

Timor, repetida até à exaustão, em cânticos, palavras de ordem, cartazes, faixas, bandeiras, folhas de papel. Um outro traço do movimento foi a clara intenção de constituir uma forma de pressão sobre os poderes decisores, nomeadamente a ONU e os membros do seu Conselho de Segurança, muito em particular os Estados Unidos da América. Por essa razão, as grandes concentrações realizaram-se sistematicamente juntos a estas embaixadas. Recorde-se o cordão humano que ligou embaixadas dos EUA e da França passando pelas do Reino Unido, Rússia, China e sede da ONU, assim como a manifestação que juntou milhares de portugueses às portas da representação diplomática da Indonésia em Espanha. A reunião de grandes multidões, junto de lugares estratégicos e dotadas de elementos visuais de grande potência e coerência simbólica, tinha também como efeito, senão como objectivo, a mediatização do apelo à intervenção internacional em Timor à escala global.

Um momento particularmente intenso foi a recepção ao bispo Ximenes Belo, com Lisboa a levantar-se para o receber, como ele haveria de dizer ao dirigir-se aos manifestantes. À sua chegada, todo o trajecto foi acompanhado pelos que na via pública, numa espécie de cordão humano, o saudavam vestidos de branco, atirando flores e gritando a palavra de ordem “Timor vencerá”. Também nos edifícios de algumas das principais artérias de Lisboa foram colocados panos brancos e uma grande faixa onde se lia “Genocídio em Timor, vergonha do mundo”. Um cartaz resumia assim a situação: “Timor está a morrer. Portugal está a chorar. A Indonésia está a matar. A ONU está a observar”.

A mobilização por Timor caracterizou-se, ainda, pela transversalidade social e política⁵, de que resultou um movimento inorgânico mas uníssono. Recorde-se a descrição jornalística do cordão humano:

“Nunca se tinha visto nada assim em Portugal, desde 1974. Dezenas de milhares de pessoas deram ontem as mãos por Timor, em Lisboa. ‘Yuppies’, ‘hippies’, engratados ou de ‘T-shirts’ deslavadas, residente na Zona J ou na Quinta da Marinha, políticos, estudantes, estrelas da televisão, idosos, jovens bebés, católicos, ateus, do PSD, do PCP, do PP ou do PS – viu-se de tudo por onde passou o cordão humano (...) num arripio de emoção gigantesco.” (Jornal *Público*, 9 Setembro 1999: 6).

À transversalidade do movimento de solidariedade, ao seu carácter intergeracional e interclassista, associa-se a sua amplitude. Por todo o território nacional se realizam manifestações de apoio à causa, numa reverberação acelerada de signos que comunicam o luto, a revolta e o apelo. Multiplicam-se vigílias, recolha de fundos, minutos de silêncio, espectáculos de solidariedade, boicote a produtos da Indonésia e dos EUA, concentrações várias e muitas formas criativas de protesto e apelo de que participam empresas, todo o género de associações, sindicatos, clubes de futebol, igrejas, cidadãos. Nesses dias, os portugueses saem à rua partilhando com que

⁵ É conveniente mencionar que o consenso em torno da questão timorense não data de Setembro de 1999. A diplomacia portuguesa, particularmente junto da ONU e das instituições da Comunidade/ União Europeia, foi de grande coerência relativamente a este dossier, ao longo dos anos (Gomes, 2010). Além disso, o consenso político foi sempre para além dos partidos políticos de governo, como pode confirmar-se nas actas da Conferência Interparlamentar de Lisboa por Timor-Leste (Assembleia da República, 1998), realizada em 1995.

aqueles com que se cruzam uma dor comum, um propósito comum. Dissipam-se as estratificações económicas, sociais e culturais, as relações horizontalizam-se, e vive-se uma experiência de comunhão, suspensão da ordem quotidiana e efervescência social que podemos resumir na noção de *communitas*, proposta por Victor Turner (1974). Porventura, o momento que encarna mais plenamente esta ideia são os três minutos de silêncio feitos às 15 horas do dia 8 de Setembro, marcados pelas centrais sindicais UGT e CGTP. A essa hora, lojas fecharam, carros pararam, dobraram sinos, soaram sirenes, ruas encheram-se de pessoas, muitas com lágrimas nos olhos.

Finalmente, importa recordar que o movimento por Timor terá sido pioneiro na utilização da comunicação digital, via internet, tornando-se um “movimento social em rede” (Cardoso, 2007; Pureza, 2004). Foram feitas várias campanhas, muito participadas, para o envio de e-mails dirigidos à ONU e a outras entidades que poderiam interceder pela paz em Timor, o que chegou a congestionar os endereços de destino e obrigou a empresa fornecedora a aumentar a capacidade dos servidores. Paralelamente, foram enviados dezenas de milhares de faxes. A mediatização foi um dos pilares estratégicos do movimento, operando “enquanto instrumento de potenciação da consciencialização pública acerca da situação em Timor Leste” (Pureza, 2004: 407).

3. O ALEPH IDENTITÁRIO: TIMOR E RECONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA EM PORTUGAL

O movimento que a tragédia em Timor-Leste desencadeou em Portugal, pela sua dimensão, intensidade e transversalidade, obriga a um questionamento acerca das condições de produção de um acontecimento com as características extraordinárias de que se revestiu. Por que foram os portugueses tão sensíveis à situação em Timor, não havendo registo de reacção semelhante noutros casos de violação de direitos e genocídio de um povo? O que sustentou o consenso nacional sobre o sentido da mobilização *total* por Timor? Que lugar tem Timor na definição nacional que os portugueses quiseram assumir no final do século XX?

Embora se trate de interrogações que exigem reflexão de uma natureza diferente daquela que no âmbito deste trabalho é possível, propomos fazer a interpretação dos discursos produzidos à época seguindo duas linhas de argumentação.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que o *corpus* discursivo sobre Timor tem como pedra angular a violação dos direitos humanos nesse território ao longo da anexação indonésia, e em particular no período pós-referendo, que se afigura mesmo como um genocídio. Em associação directa com esta ideia está também a questão de a violência e destruição protagonizadas pelas forças militares indonésias constituírem um intolerável desrespeito pela escolha democrática da autodeterminação. Como exemplo deste tipo de discurso, temos as afirmações de Augusto Santos Silva e António Bagão Félix:

“São crimes contra a humanidade. Mais do que justificam, obrigam a consciência mundial e o sistema de instituições políticas que pretende representá-la à ingerência, intervindo por todos os meios (...) para impedir a

continuação do genocídio” (Augusto Santos Silva, *Jornal Público*, 9 Setembro 1999: 13);

“O que em Timor é verdadeiramente posto em causa é a civilização da liberdade, da justiça, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da democracia, contra a tentativa de genocídio, a barbárie, a arbitrariedade, a total violação dos mais elementares direitos humanos, a opressão e a mentira” (Bagão Félix, *Jornal Público*, 11 Setembro 1999: 14).

Elucidativas, também, são as palavras de Eduardo Ferro Rodrigues, Ministro do Trabalho e Solidariedade:

“Portugal tem razões históricas, políticas, éticas e emocionais para apoiar Timor. (...) O referendo de Timor é uma lição extraordinária do valor da democracia, de tal maneira impressionante que toda a comunidade internacional, a começar pela ONU, o considera já exemplar” (*Jornal Expresso*, 4 Setembro 1999: 6).

Na mesma linha argumentativa, é frequentemente invocada a intervenção internacional no Kosovo e feita a comparação da situação humanitária e política nos dois territórios. Neste sentido, é questionada a neutralidade das organizações internacionais e o facto de cederem a interesses económico-políticos, pondo em evidência o cinismo com que os valores da democracia e dos direitos humanos são ultrapassados pela *realpolitik*:

“Como podem os combatentes da dignidade ensinar ao mundo inteiro como se realiza o sonho de ser livre e ser vencidos pelas boas intenções daqueles em quem sempre confiaram? Como puderam os timorenses imaginar e confiar que o mundo mesquinho do poder e dos interesses, das relações comerciais e pragmáticas, aceitaria lições de moral, de dor, de esperança e dignidade?” (Fátima Barros, *Cartas ao Director*, *Jornal Público*, 10 Setembro 1999: 14).

Uma segunda linha de argumentação passa pela relação “especial” de Portugal com Timor, feita de laços históricos e culturais e de “uma ideia fundamentalmente romântica de Timor-Leste” (Pires de Lima, 2008: 181). Rui Marques (2005) considera que o uso da língua portuguesa e o cristianismo do povo timorense são categorias fundamentais do universo simbólico que vai sustentar o agendamento mediático de Timor-Leste: a “afirmação da identidade religiosa diferente do invasor foi determinante, quer na persistência dos timorenses na busca da sua independência, quer na captação de apoio internacional, nomeadamente no universo dos cristãos” (2005: 134). Miguel Vale de Almeida, em artigo de opinião no jornal *Público* (13 de Setembro 1999, p. 16) aponta mesmo que na mobilização popular por Timor se expõe “um desagradável subtexto nacionalista, neocolonial e narcísico, sintetizável no fascínio com o facto de os timorenses ‘rezarem em português’. ‘Rezarem’ e ‘em português’”. A essas “beatitudes da lusofonia” contrapõe, porém, o efeito de “reconstrução da nossa vida cívica” pós-colonial propiciado pela participação na luta por Timor. A proximidade cultural⁶ entre os dois países, por via da língua e da religião, foram sagazmente lidas

⁶ Houve também quem procurasse desconstruir ideias feitas acerca da herança lusa em Timor, avançando com análises mais realistas e objectivas. Na opinião de José Pacheco Pereira, “A presença portuguesa em Timor é um mito. O que

pela resistência timorense, que fez dela uma “arma eficiente de defesa e resistência” (Marques, 2005: 138). Ramos-Horta, sobre o facto de ter iniciado o seu discurso na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz em português, é muito transparente a este respeito:

“Primeiro, uma homenagem a Portugal, que o merece. Segundo, sabendo obviamente a importância de Portugal na questão de Timor-Leste, sabia que era intuitivamente, inteligentemente, a forma de continuar a mobilizar o povo português para a causa de Timor. Nada melhor do que falar em português em Oslo. Sim, e também, claro, mobilizar a comunidade lusófona no seu todo, e, sem dúvida, enfatizar a identidade histórica, a diferença que é Timor em relação à Indonésia” (apud Marques, 2005: 204-205).

Até que ponto o *encantamento* da partilha da língua e do catolicismo⁷ se sobrepôs ao mote discursivo que ocupou predominantemente o espaço público e a *vox populi*: o massacre de um povo que lutou, com as regras da democracia, pela sua liberdade? Foi Timor o *aleph* da reconfiguração identitária portuguesa, onde tudo se concentrou e a partir de onde se multiplicam visões e semânticas do Portugal *moderno*?

4. A TENTACÃO DO SEXTO IMPÉRIO

Poderemos ler nos discursos produzidos um assomo patriótico, ou mesmo nacionalista, uma saudade do império ou glorificação da era colonial? Terá sido Timor, em 1999, uma activação do Quinto Império de que falava António Vieira, essa comunidade espiritual de língua e religião que Portugal tornaria universal, “esse império que não vem marcado nos mapas”, como disse Agostinho da Silva (1988: 90)? É um facto que os acontecimentos de Setembro de 1999 permitiram uma certa pacificação do país com a sua história imperialista e, sobretudo, com o processo de descolonização de 1974-75. Efectivamente, nesses acontecimentos “vimo-nos, como ex-potência colonial, a bater-nos pela independência pacífica de uma ex-colónia, a que já não nos ligam quaisquer interesses de poderio político ou económico, mas a que estamos sentimentalmente presos por laços linguísticos, religiosos e culturais. É bastante óbvio que o *arrière fond* simbólico e interpretativo era bastante mais sobre nós, portugueses, do que sobre Timor” (Ribeiro, 2011: 199). Miguel Vale de Almeida (2000: 213) tem razão quando fala na “vertente lusocêntrica e lusófila dos

resta de Portugal são meia dúzia de edifícios públicos, sinais de uma administração colonial longínqua deste último posto do império (...) dando um ar surrealista a esta ilha dos trópicos, como o escudo português presidindo à entrada monumental do mercado de Díli, uma ou outra lápide, o liceu, quartéis, algumas velhas casas coloniais. Em nenhum outro sítio se percebe a ironia dolorosa desta situação de que em frente do edifício mais monumental de Timor – o Palácio do Governador com a sua inscrição no topo em bahasa indonésio ‘Kantor Gubernur’ e à frente, num jardim cuidado, um pequeno padrão português em que está escrito: ‘Esta é a ditosa pátria minha amada’ (...) A televisão, colocando-nos à frente dos olhos timorenses educados que falam português, criou-nos a ilusão de que muita gente em Timor fala português. Em geral, quase ninguém fala português.” (Jornal *Diário de Notícias*, 9 Setembro 1999: 17).

⁷ Adelino Gomes, jornalista, em entrevista a Rui Marques (2005: 223) exprime esta mesma ideia: “Lembro-me de ter visto aquilo [massacre no cemitério de Santa Cruz] e ter percebido onde é que ia haver a emoção nacional: são as imagens na capela mortuária, com eles a rezar em português. Eu senti: as pessoas vão ter a noção de que estes timorenses são seus irmãos”.

significados que circularam”. Todavia, esta interpretação pode ser redutora do que aconteceu, uma vez que, ainda que presente, o discurso estritamente lusocêntrico não foi dominante. A confirmá-lo, a escassa presença de símbolos nacionais nas manifestações, como a bandeira, o hino ou as cores nacionais – o “hino” que passou a ser entoado foi a canção de Luís Represas “Ai Timor”.

Como vimos, os *topoi* discursivos estiveram centrados nas antinomias entre paz-liberdade-justiça-democracia-direitos humanos e violência-genocídio-sofrimento-crise humanitária-anexação ilegítima. E isto diz também algo de muito significativo acerca do modo como os portugueses se viam perante o movimento em que se envolviam: viam-se do lado certo, depois de já terem estado do lado errado. O país tinha passado por uma revolução que acabara com a ditadura e o colonialismo e instaurara um regime democrático, que atingia a sua maturidade. O país tinha aderido à Comunidade/ União Europeia, conhecia uma fase de desenvolvimento e modernização e convergia para os padrões económicos, políticos e culturais europeus. O movimento de solidariedade com Timor foi, assim, “uma luta justa, ancorada nos valores que nos fazem modernos e europeus – direitos humanos e democracia – e que, ao mesmo tempo, consolida afectivamente o nosso lastro *atlântico*, aliviando a culpa colonial” e compondo a “síntese conciliadora entre a dimensão europeia e a dimensão do império *espiritual* disperso pelo mundo em fraternidades de língua, cultura, religião” (Ribeiro, 2011: 198-199). Mais do que a versão moderna de um Quinto Império, o fenómeno a que assistimos em Setembro de 1999, nas suas múltiplas dimensões e no sucesso alcançado, foi a acção performativa de uma imaginação de modernidade, um novo tempo para Portugal, reconhecido, para além da geografia, como país europeu e como país “militante” (Pureza, 2004: 415) dos valores modernos da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos à escala global. Afigura-se, portanto, uma nova auto-representação nacional que arriscamos designar de *sexto império* por nela permanecer o rasto dos impérios históricos, ao mesmo tempo que se afirma uma “tessitura transnacional de lusotopia” (Pina-Cabral, 2002: 12). Por outras palavras, o movimento por Timor parece inaugurar, na comunicação de massas, um reposicionamento que, sem excluir a ideia de um *império cultural* e sem fazer uma explícita revisão crítica do tempo colonial, expõe um *aggiornamento* da noção de lusotopia. Como tal, Portugal aparece agora numa relação mais horizontal com o espaço (ex)colonial, ao mesmo tempo que a sua posição de superioridade é sublinhada pelos valores políticos que assume no processo de luta pela independência de Timor. Portugal pode, assim, definir-se como mais do que europeu e menos do que imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. V. (2000) 'O epílogo do império. Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa', *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras: Celta Editora.
- Anderson, B. (1991) *Imagined Communities. Reflection on the origin and spread of nationalism*, London and New York: Verso.
- Assembleia da República (1998) *Conferência Interparlamentar de Lisboa por Timor-Leste*, Lisboa: Assembleia da República.
- Barbedo de Magalhães, A. (1992) *Timor Leste: ocupação indonésia e genocídio*, Porto: Universidade do Porto.
- Barbedo de Magalhães, A. (1983) *Timor-Leste: mensagem aos vivos*, Porto: Limiar.
- Barbedo de Magalhães, A. (1989) *Primeiras Jornadas de Timor*, Porto: Universidade do Porto.
- Cardoso, G. (2007) 'O movimento pró-Timor-Leste: direitos humanos, comunicação de massa e internet', *A Mídia na Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Gomes, J. J. P. (2010) 'A internacionalização da questão de Timor-Leste', *Política Internacional*, 25: 67-89.
- Inglehart, R. (1977) *The Silent Revolution*: Princeton University Press.
- Marques, R. (2005) *Timor-Leste: o agendamento mediático*, Porto: Porto Editora.
- Mendes, N. C. (2005) *A "Multidimensionalidade" da Construção Identitária em Timor-Leste: nacionalismo, Estado e identidade nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pina-Cabral, J. (2002) "Agora tu podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia" (Working Paper), <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP5-2002.pdf>, consultado em Setembro de 2013.
- Pires de Lima, M. P. & Nunes, N. (2008) 'Movimentos sociais por Timor', *Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 6-7: 165-189.
- Pureza, J. M. (2004) "Quem salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário" in Santos, B. S. (org.) *Reconhecer para Libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Porto: Edições Afrontamento: 399-326.
- Ribeiro, R. (2011) *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, A. (1985) *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Silva, A. da (1988) *Um Fernando Pessoa*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Turner, V. (1974) *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis: Editora Vozes.